JOÃO MARCELO SENA

BRUNO E DOM, UM ANO DEPOIS

Os assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips completaram um ano nesta segunda-feira, 5 de junho, sem que os acusados de terem cometido o duplo homicídio tenham sido julgados. Por que a morosidade judicial que leva à sensação de impunidade por um crime bárbaro, e a certeza de que nada mudou em relação aos riscos que defensores ambientais e comunidades indígenas ainda correm no Vale do Javari ou em várias outras partes da Amazônia.

O crime do qual Bruno e Dom foram vítimas ampliou a capacidade ótica da lupa internacional posicionada sobre o Brasil na questão ambiental, sobretudo em relação ao garimpo e à exploração ilegal de madeira. O contexto de índices crescentes de desmatamento e vulnerabilidade das comunidades indígenas durante os anos de governo Bolsonaro contribuíram ainda mais para a deterioração da imagem e o isolamento internacional do País.

A vitória de Lula e, com ele, a criação dos Ministérios do Povos Indígenas e o fortalecimento da pasta do Meio Ambiente com Marina Silva e de órgãos como a Funai foram sinalizações positivas internas e externas para a proteção da Amazônia, de suas comunidades tradicionais e daqueles que dedicam a vida a defendê-las.

O Brasil carrega a marca de ser o país onde mais são mortos ativistas ambientais como Bruno e Dom. Foram 342 assassinatos do tipo entre 2012 e 2021, segundo a ONG britânica Global Witness. A Colômbia, com quem o Brasil compartilha fronteira também pelo Vale do Javari, aparece na sequência, com 322. Na última semana, durante o encontro de líderes da América do Sul em Brasília, Lula conversou com o presidente Gustavo Petro sobre parcerias para uma maior segurança na Amazônia.

É tristemente simbólico que as mortes de Bruno e Dom completem um ano na semana seguinte à aprovação do Marco Temporal para demarcação de terra indígenas na Câmara e ao esvaziamento de atribuições justamente dos ministérios dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente.

Como bem observou a designer baiana Alessandra Sampaio, viúva de Dom Phillips, em entrevista à BBC, "temos uma classe política com mentalidade ambiental atrasada, que favorece a destruição de florestas" e seguiu: "A justiça só será completa quando o Vale do Javari estiver protegido das organizações criminosas que destroem, ameaçam e matam quem se coloca na defesa da floresta."

MAURO PIMENTEL / AFP

AMIGOS e familiares fizeram homenagem ontem a Bruno e Dom

IRÃ E ARÁBIA SAUDITA JUNTOS

Arábia Saudita e Irã formalizam nesta semana o fim do hiato de sete anos nas relações diplomáticas entre os dois países. A embaixada iraniana na capital saudita Riade deve ser aberta até esta quarta-feira, assim como o consulado em Gidá e o escritório da Organização de Cooperação Islâmica.

Os dois países haviam rompido relações em 2016, quando manifestantes iranianos invadiram a embaixada saudita em Teerã e outras missões diplomáticas no país protestando contra a execução por parte do governo de Riade do clérigo xiita Nimr Al Nimr e outros 46 prisioneiros.

Desde então, a Arábia Saudita, potência regional sunita, e o Irã, principal representante do xiismo, mergulharam em uma espécie de Guerra Fria no Oriente Médio. O diálogo foi destravado em março no que pode ser considerado o grande fato diplomático de 2023 até o momento.

A retomada das relações entre os dois países foi intermediada pela China e representou grande vitória simbólica de Pequim sobre os EUA, que viram seu maior rival comercial fazer o meio de campo entre um grande aliado estratégico na região para os americanos como a Arábia Saudita e o Irã, maior inimigo político de Washington.

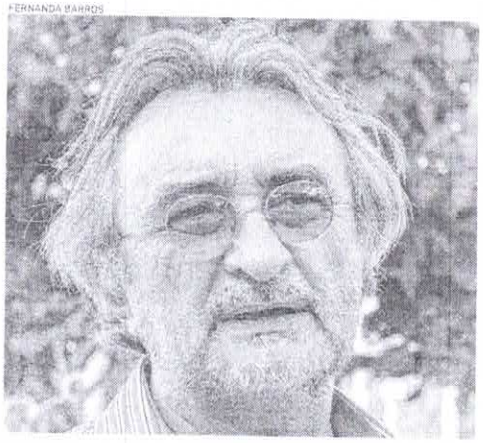
Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas de João Marcelo Sena.

Acilon joga para diretório nacional do PL punição a quem votou com o Governo

| CÂMARA | Presidente nacional do PL defendeu que os filiados votassem contra a MP dos Ministérios. Do Ceará, três deputados contrariaram orientação

JÚLIA DUARTE
ana.julia@opovo.com.br

FERNANDA BARROS



PREFEITO de Eusébio Acilon Gonçalves e presidente estadual do PL

O presidente estadual do PL, Acilon Gonçalves, foi sucinto ao analisar possível punição aos três deputados federais do PL que votaram com o governo Lula na MP dos Ministérios, na semana passada. "A minha opinião é que a nacional que tem que cuidar devidamente do caso", disse o prefeito na última sexta-feira, 2, durante a posse de novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Ele ressaltou que a decisão terá que vir do diretório nacional e afirmou não ter acompanhado a votação. "Essa é uma questão feita ao diretório nacional e eu não acompanhei nada dessa votação que foi feita na quarta-feira, não sei os desdobramentos e os compromissos", destacou.

> Os deputados do PL que votaram a favor do Governo na Medida Provisória que reestruturou os ministérios do Governo Lula [Lula] vão ser punidos pela legenda. A orientação da orientada pelo líder da oposição na Câmara dos Deputados, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) [...] Segundo ela, a determinação partiu pelo presidente do partido, Valdemar Costa Neto.

Na lista dos que votaram com o Governo estão três cearenses: Júnior Mano, Yuri do Paredão e Matheus Noronha. No campo da oposição, apenas André Fernandes (PL) e Dayany do Capitão (União Brasil) votaram contra a aprovação da MP, que reformulou as pastas do primeiro escalão do governo Lula com a criação ou o desmembramento de ministérios.

> ***A minha opinião é que a nacional que tem que cuidar devidamente do caso"***
>
> **Acilon Gonçalves**, presidente do PL no Ceará

Jaziel Pereira (PL) e Aj Albuquerque (PP) não votaram. "Deputados do PL que não seguiram a orientação do partido ontem na MP 1154, conversei com o Presidente Valdemar Costa Neto e todos serão punidos", escreveu Jordy. A orientação no Parlamento foi para votar "não" e ir contra a aprovação do projeto, conforme o próprio Valdemar disse momentos antes da votação.

Conforme a colunista Lauro Jardim, do O Globo, a punição deve vir em forma de suspensão dos direitos partidários. A cúpula do partido teria decidido que os parlamentares ficarão suspensos por três meses das funções na Câmara, período que não poderão participar das comissões, entre outras atribuições.

No Senado, o único nome do PL a votar junto com o governo na votação, Zequinha Marinho (TO), já não estava mais no partido. Ele migrou para o Podemos no dia anterior à votação, mas no sistema ainda constava como membro do PL durante a sessão.

CEARÁ

18 deputados federais cearenses votaram a favor da MP dos Ministérios. Dois foram contra (André Fernandes e Dayany do Capitão) e dois não votaram (Jaziel Pereira e Aj Albuquerque)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
176
FOLHAS
SOBRAL-CE

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARETAMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO - A Comissão de Pregão [illegible] CONCORRÊNCIA [illegible] EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PMM-SRP-[illegible] REGISTRO DE PREÇOS [illegible] Registro de Preços visando Aquisições de Medicamentos Zona Em Tela A (Ampla Ramos) no 2023-0633. [illegible] de serviços de atenção ambulatorial Hospitalar, junto a Secretaria de Saúde do Município de Maretama/CE. Maiores Lances de Relatórios e demais Avisos de Sessão Pública de Pregões no dia 28 de junho de 2023 no Sistema Cidade Licitações Bolsa [illegible] Maretama/CE, Edital [illegible] Maretama/CE. Maiores Detalhes no Portal